

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS

NA MACROMETRÓPOLE

ANO 1

NÚMERO 0

FAPESP MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MACROAMB FAPESP

IEE USP INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS
NA MACROMETRÓPOLE

EXPEDIENTE

Editores

Pedro L. Cortes e Pedro R. Jacobi

Jornalista Cientifica

Ana Carolina Campos

Conselho Editorial

Andrea Lampis
Celio Bermann
Edmilson Freitas
Klaus Frey
Leandro Giatti
Pedro Torres
Sandra Momm
Tatiana Rotondaro
Vanessa Empinotti

CONTATO

macrogovamb@gmail.com

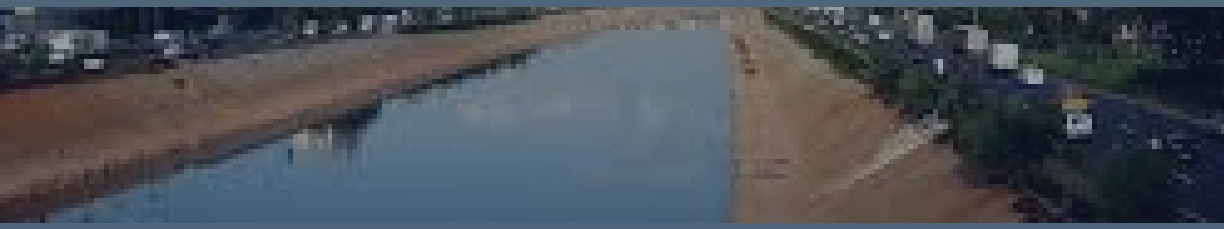
EDIÇÃO Nº0

EDIÇÕES ANTERIORES

As próximas edições estarão disponíveis em:
http://govamb.iee.usp.br/

Este boletim é uma publicação do Projeto Temático FAPESP 2015/03804-9 "Governança Ambiental da Macrometropole Paulista face à Variabilidade Climática", parte do Programa FAPESP Mudanças Climáticas Globais, coordenado pelo professor Pedro Roberto Jacobi (IEA/IEE/USP), sediado no Instituto de Energia e Ambiente (IEE), e que reune docentes de diversas unidades da Universidade de São Paulo (IEE, IO, FSP, FEA, IAG, EACH, ECA, IEA), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e dos programas de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território (PGT) e de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC).

ÍNDICE



EDITORIAL 4

Pedro Jacobi/Pedro Torres

EXPERIÊNCIAS

Oportunidades para adaptação às mudanças climáticas na Região Metropolitana da Baixada Santista - SP 6

Fabiana Barbi

A proposta e o processo de estruturação do Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas no PDUI-RMSP 9

Roberto Rüsche

CONJUNTURA

Desafios para as mudanças climpaticas em São Paulo 12

Laura Ceneviva

É a questão escalar, estúpido! Por que as regiões metropolitanas brasileiras continuam sem rumo? 15

Jeroen Klink

Paranapiacaba: de onde se avista o mar, as matas e a memória ferroviária 19

Silvia H. Passarelli

OPINIÃO 22

Espaços de diálogo entre sociedade civil e legislativa em época eleitoral

Beloyanis Monteiro

EDITORIAL

Pedro Roberto Jacobi 1
Pedro Henrique Torres 2

1. Pesquisador Responsável | Instituto de Energia e Ambiente (IEE) | Instituto de Estudos Avançados (IEA) | Universidade de São Paulo (USP)

2. Pós Doutorando | Instituto de Energia e Ambiente (IEE) | Universidade de São Paulo

No dia 4 de julho de 2018, em meio à greve e manifestações de caminhoneiros no Brasil, um encontro histórico ocorreu em Paris resultando na fusão do International Council for Science (ICSU) e o International Social Science Council (ISSC). Como resultado foi lançado o International Council for Science (ICS), fórum interdisciplinar reunindo especialistas dos quatro cantos do planeta, buscando a desejada integração entre as ciências naturais e sociais. No lançamento, a então presidente do antigo ICSU, Secretária da Academia Francesa de Ciências, Catherine Brechignac, sentenciou que "As ciências naturais não devem mais ditar a agenda de pesquisa das ciências do sistema da Terra, as ciências sociais devem ter no mínimo o mesmo papel das ciências sociais."

Movidos pela agenda interdisciplinar, tradição já consolidada de décadas de pesquisas por parte dos integrantes do presente Projeto Temático Fapesp, compartilhamos com o leitor o número de lançamento do Boletim trimestral, online, Diálogos Socioambientais da Macrometrópole Paulista. Trata-se de espaço democrático e plural, buscando o diálogo entre os diversos campos do saber, e a aproximação entre ciência e política, em uma perspectiva da construção de uma ciência cidadã.



EDITORIAL

Para o presente número convidamos colaboradores de diversos setores, os quais a academia deve buscar aproximação, trocas e coprodução de conhecimento e responsabilidades. Em meio ao período eleitoral não nos furtaríamos ao debate plural e pluripartidário que envolve nossa área de estudo. O artigo de Beloyanis Monteiro, ativista ambiental, coordenador de mobilização da SOS Mata Atlântica, e que recentemente foi agraciado com o prêmio Muriqui de ambientalista do ano, contribui com o debate sobre a eleição para o Governo de São Paulo e a agenda ambiental.

Mas que região é essa a Macrometrópole Paulista, com 174 municípios, 33 milhões de habitantes, 53.4 mil km^2, 50% da área urbanizada do estado de São Paulo, com 74.6% da população e 82.2% do PIB estadual em 2014.. Para contribuir com o debate sobre o território e suas escalas, temos a contribuição dos professores da Universidade Federal do ABC (UFABC), Jeroen Klink, e da professora Silvia Passarelli, que abordará um caso de conflito territorial em Paranapiacaba, conhecido como "porto seco".

Todos esses desafios perpassam o contexto de variabilidade climática, situação de imprevisibilidade e aumento de eventos severos, como períodos de grandes secas ou chuvas intensas. Nesse sentido, sobretudo tendo em vista a construção de novas formas de governança ambiental, mostra-se relevante o diálogo com fóruns e plataformas multiatores e multinível, como o Comitê de Mudanças Climáticas e Ecoecomia da Prefeitura de São Paulo. Laura Ceneviva, atual presidente do Comitê, nos conta como está o andamento do fórum e os atuais desafios previstos.

Sem a pretensão de dar respostas a todos os problemas ambientais da Macrometrópole Paulista, o presente Boletim buscar inspirar discentes, docentes e colaboradores (ONGs, Governo, etc.) a refletirem sobre nosso território em um mundo complexo e em metamorfose. As incertezas e o inesperado, como propõe Ulrich Beck (2018), são motores não apenas das mudanças na sociedade, mas destas metamorfoses que desestabilizam as bases racionais da sociedade moderna, entre as quais podemos incluir as formas de planejar e governar nossos territórios.

Com essas palavras introdutórias, convidamos a todos e todas a lerem, compartilharem, divulgarem, sugerirem, contribuírem e criticarem. Trata-se, de verdade, de um instrumento de divulgação cientifica vivo, colaborativo e plural.

Boa Leitura!

REFERÊNCIAS

https://council.science/about-us
https://www.emplasa.sp.gov.br/MMP
BECK, Ulrich. A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.



Oportunidades para adaptação às mudanças climáticas na Região Metropolitana da Baixada Santista - SP

Fabiana Barbi

Fabiana Barbi é pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp). É socióloga, mestre em Ciência Ambiental (Procam/USP), doutora em Ambiente e Sociedade (Unicamp). Foi pesquisadora visitante na San Francisco State University (EUA), Fudan University (China) e York University (Canadá). É autora do livro "Mudanças Climáticas e Respostas Políticas nas Cidades" (Ed. Unicamp, 2015).



PALAVRAS-CHAVE

Adaptação
mudanças climáticas
Baixada Santista
Santos

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) é considerada uma região de alta vulnerabilidade às mudanças climáticas. Os riscos das mudanças climáticas na RMBS são relacionados ao aumento do nível do mar, à ocorrência de eventos climáticos extremos de chuvas, às consequências socioambientais decorrentes deles e à vulnerabilidade socioambiental das populações.

O nível do mar deve subir em pelo menos 18 centímetros até 2050, podendo chegar até 45 centímetros em 2100, na cidade de Santos. O aumento do nível do mar poderá chegar a dois metros, em episódios de marés altas, tempestades e ressacas, segundo estudos realizados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden, 2017). Somado a isso, é projetada a intensificação nos padrões de chuva, com eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos na região sudeste do Brasil (PBMC, 2013). Na Baixada Santista, já são registradas chuvas intensas anualmente e o total de chuva anual no município de Santos tem aumentado desde 1940 (Barbi, 2015). Como consequência, é esperado o aumento da magnitude de eventos como: erosão, deslizamentos, quedas de blocos, corridas de lama e detritos, enchentes e inundações.

Portanto, sendo uma região altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, a RMBS deve ser foco de atenção de políticas socioambientais que busquem formas de se adaptar a essas mudanças.

EXPERIÊNCIAS

O planejamento para adaptação começa com a avaliação das condições climáticas atuais e históricas, projeções de mudanças climáticas e as implicações futuras sobre as vulnerabilidades e impactos. Essas informações constituem a base das políticas de adaptação que podem ser formuladas como intenções de ação ou ações de adaptação. As intenções incluem a identificação de possíveis ações de adaptação e de como elas podem se ajustar com outras políticas existentes.

As ações de adaptação referem-se ao estabelecimento de mecanismos institucionais para guiar e implementar as ações locais, à elaboração de políticas específicas ou ajustes nas políticas existentes e à incorporação explícita de medidas de adaptação no nível local. Ainda, essas ações de adaptação podem influenciar a avaliação de impactos futuros da mudança climática, a partir do monitoramento e avaliação dessas ações.

Uma oportunidade de planejar medidas de adaptação para a RMBS é trazida pela Política Estadual de Mudanças Climáticas de São Paulo, aprovada em 2009.

"O planejamento para adaptação começa com a avaliação das condições climáticas atuais e históricas, projeções de mudanças climáticas e as implicações futuras sobre as vulnerabilidades e impactos. Essas informações constituem a base das políticas de adaptação que podem ser formuladas como intenções de ação ou ações de adaptação."

. Uma de suas diretrizes pressupõe desenvolver e elaborar planos adequados e integrados para a gestão de zonas costeiras e áreas metropolitanas (Seção V, Artigo 6). Esses planos ainda não foram elaborados, entretanto, constituem uma possibilidade para ações multiníveis e intersetoriais, necessárias para responder aos desafios das mudanças climáticas na região.

Concomitantemente, diversos instrumentos já existentes de planejamento e ação política da RMBS podem abordar a adaptação aos riscos das mudanças climáticas, como: o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da RMBS, o Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Áreas Críticas a Inundações, Erosões e Deslizamentos (PRIMAC), o Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Habitações Desconformes (PRIMAHD) e o Plano de Bacia Hidrográfica da RMBS.

Ainda, estudos e mapeamentos sobre as áreas de risco na RMBS ajudam a conhecer esses riscos, que podem ser agravados pelas mudanças climáticas. Instrumentos de gestão de risco na RMBS, que podem incluir medidas de adaptação a essas mudanças são: Planos Preventivos de Defesa Civil (PPDC), Planos de Contingência, Mapeamentos de Áreas de Risco a Escorregamentos, Inundações e Erosão (MAP) e Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR).

O primeiro município da RMBS a elaborar um plano de adaptação às mudanças climáticas foi Santos, em 2016, resultado de um processo de diálogo frutífero entre cientistas, pesquisadores e gestores públicos. Essa iniciativa de desenvolvimento do plano levou Santos a ser escolhida como piloto do projeto de Apoio ao Brasil na Implementação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta) do Ministério do Meio Ambiente. Atualmente, o plano encontra-se em fase de atualização de seus eixos temáticos e de criação de indicadores, que definirá o monitoramento na implementação do Plano.

Em suma, para pensar a adaptação às mudanças climáticas na RMBS há a necessidade de maior interação entre os diferentes níveis de governo (municipal, metropolitano e estadual) e mais parcerias com diversos agentes dos diferentes segmentos da sociedade. É necessário incorporar as variáveis climáticas nos instrumentos de gestão pública relacionados à gestão costeira, uso e ocupação do solo, gestão de desastres, infraestrutura e serviços urbanos, meio ambiente e saúde, que são os principais setores de atuação governamental relacionados à adaptação aos riscos das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

Barbi, F. (2015). Mudanças climáticas e respostas políticas nas cidades. Campinas, Brazil: Editora da Unicamp.
Cemaden (2017). Pesquisa alerta para medidas antecipadas aos impactos provocados pela elevação das marés nas cidades costeiras. Disponível em http://www.cemaden.gov.br/pesquisa-alerta-para-medidas-antecipadas-aos-impactos-provocados-pela-elevacao-das-mares-nas-cidades-costeiras/, acesso em 30/08/18.
PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (2013). Base Científica das Mudanças Climáticas. 1º. Relatório de Avaliação Nacional. Volume 1.

A proposta e o processo de estruturação do Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas no PDUI-RMSP 1

Roberto Rüsche

Arquiteto e Urbanista com graduação (2009) e mestrado (2015) pela Faculdade Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), é doutorando na mesma instituição (início 2017). Desde 2014, é analista de desenvolvimento urbano e regional na Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), elaborando documentos técnicos com ênfase nas questões de infraestrutura e meio ambiente.



Situado no contexto de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP), o Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas (SAVAP) refere-se a uma proposta e a um processo de trabalho que visam estabelecer as bases para preservar, conservar, recuperar e conectar as áreas verdes e as áreas protegidas de suporte à biodiversidade e à sustentabilidade dos serviços ecossistêmicos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Assim como em outras regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras, incluindo aquelas que conformam a Macrometrópole Paulista (MMP)2, o PDUI-RMSP é um instrumento previsto no Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/ 2015) que, aprovado mediante lei estadual, estabelece diretrizes para o planejamento de políticas públicas associadas às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), isto é, aos temas que implicam uma integração de diferentes entes federativos na superação de problemas comuns.

Iniciado em 2015 e, atualmente, em fase final de desenvolvimento, o PDUI-RMSP contou com a participação efetiva de estado, municípios, e sociedade civil, formulando propostas e contribuições, e elaborando princípios, objetivos e diretrizes constitutivos do plano. Ao longo do processo de trabalho, o tema das áreas verdes e áreas protegidas na RMSP, incluindo um sistema que as considerasse, emergiu a partir de dois pontos estruturais do plano.

PALAVRAS-CHAVE

áreas verdes
áreas protegias,
SAVAP,
PDUI
RMSP

"o PDUI-RMSP é um instrumento previsto no Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/ 2015) que, aprovado mediante lei estadual, estabelece diretrizes para o planejamento de políticas públicas associadas às Funções Públicas de Interesse Comum"

Embora relevante desde as reuniões e debates inaugurais, foi a partir das propostas e contribuições recebidas, e do ordenamento territorial sugerido à RMSP, entremeados pelas discussões nos grupos de trabalho, que se afirmou a importância do SAVAP. Em primeiro lugar, algumas das propostas e contribuições recebidas versam sobre assuntos particularmente relacionados às áreas verdes e áreas protegidas – criação e implantação de novos parques; melhorias e revitalização de parques existentes; criação de Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Ambiental; implantação de corredores ecológicos; concepção e aplicação de instrumentos de planejamento e gestão ambientais; e a própria estruturação de um sistema metropolitano de áreas verdes. Em segundo lugar, o ordenamento territorial proposto ao PDUI-RMSP acolheu a proposta do Sistema enquanto um modo de organizar e articular políticas públicas, e configurar uma rede de estruturação regional que leve em conta, na sua concepção, as áreas verdes e áreas protegidas de relevância metropolitana.

Diante desse quadro, foi instituído, no final de 2017, um grupo de trabalho especificamente dedicado à estruturação preliminar do SAVAP na RMSP (GT-SAVAP). Ainda em atividade, o grupo é formado por representantes do governo do estado, prefeituras e sociedade civil, e empreendeu uma série de atividades orientadas pelas questões que problematizam o tema, estimulam determinado ponto de vista sobre o território metropolitano, e possibilitam prospectar elementos associados às áreas verdes e áreas protegidas na m etrópole. Em diferentes aproximações, foram definidos os conceitos que norteiam a proposta do SAVAP na RMSP; analisadas as propostas e contribuições recebidas ao longo do processo de trabalho;

fixados os objetivos principais do Sistema, com destaque à biodiversidade e à sustentabilidade dos serviços ecossistêmicos na RMSP; estabelecidos os pontos de apoio necessários ao SAVAP; e, finalmente, delineadas as linhas preliminares do Sistema, identificando as áreas verdes prioritárias para promoção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos metropolitanos3.

Ainda no curso do PDUI-RMSP, duas atividades deverão envolver o SAVAP: os debates acerca da elaboração da minuta do projeto de lei, e a estruturação de uma base de dados e acesso à informação com destaque aos resultados preliminares obtidos ao longo do processo. Não obstante as etapas ainda restantes na elaboração do PDUI-RMSP, é também fundamental refletir sobre a continuidade dos trabalhos relativos ao SAVAP após a conclusão do plano e sua aprovação legal. Nesse sentido, entende-se ser necessário criar um fórum ou instância capaz de acolher o desenvolvimento do SAVAP, promovendo sua devida articulação com os principais temas metropolitanos, implantando ações que visem à salvaguarda e à promoção das áreas verdes na RMSP, e desempenhando um contínuo esforço de sensibilização sobre os fenômenos que não apenas extravasam fronteiras e se sobrepõe aos limites administrativos, mas também são atuantes e decisivos nos lugares da vida cotidiana.

NOTAS

1.O relato e as reflexões contidas neste texto resultam de um processo de trabalho conjunto, no qual reconheço e agradeço a participação ativa dos integrantes do grupo de trabalho do Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas.

2. No território da Macrometrópole Paulista estão contidas as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista. Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, e Sorocaba; e as Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba.

3.Cabe destacar que o esboço inicial do SAVAP incluiu a realização de duas oficinas que reuniu especialistas do poder público (governo e prefeituras municipais), instituições de ensino e pesquisa, e sociedade civil, e incorporou outros atores, além daqueles integrantes do GT-SAVAP do PDUI-RMSP..

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Estatuto da Metrópole. Brasília, DF: Casa Civil, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>.
COSTA, M. A.; MARGUTI (Organização). Funções públicas de interesse comum nas metrópoles brasileiras: transportes, saneamento básico e uso do solo. Brasília: IPEA, 2014.
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO. Caderno Final de Propostas. São Paulo: Emplasa, 2018. Disponível em: <https://www.pdui.sp. gov.br/rmsp>.

Desafios para as Mudanças Climáticas em São Paulo

Laura L. V. Ceneviva

Laura L. V. Ceneviva é arquiteta e urbanista da Prefeitura do Município de São Paulo, atualmente Secretária Executiva do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia. Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU-USP) e Especialista em Planejamento Regional e Urbano (Universidade Técnica de Berlin/Alemanha). Participou das equipes que coordenaram a elaboração dos inventários de emissões de gases de efeito estufa do Município de São Paulo.



PALAVRAS-CHAVE

Adaptação
mudanças climáticas
Baixada Santista
Santos

O enfrentamento da mudança do clima, do ponto de vista dos governos locais, normalmente está mais voltado para as questões de adaptação aos impactos dela, pois governos locais têm pouca influência no controle de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Tal controle está mais vinculado ao governo federal, a quem compete a política energética, política agropecuária, industrial, etc. No entanto, no caso do Município de São Paulo, em função de seu tamanho, seu poder político e econômico, tanto a vertente da mitigação das emissões quanto a da adaptação são desafios a vencer.

A Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), através de sua Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), desde o começo dos anos 2000 começou o processo de incorporar a variável climática em suas ações. Naquela época, foram feitos treinamentos de funcionários, foi elaborado o primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (ano base 2003), um dos primeiros do Brasil. Posteriormente, em 05/06/2005, através do decreto municipal 45.959, foi criado o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeconomia Sustentável, com o objetivo de promover e estimular ações que visassem a mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa. O trabalho desenvolvido foi fortalecido pela publicação da Lei 14.933, em 05/06/2009, que estabeleceu a Política Municipal de Mudança do Clima, a qual formulou princípios, objetivos, diretrizes, metas e estratégias de mitigação e adaptação. Essa lei reformou o Comitê, tornando-o o Comitê Municipal de Mudança do

Clima e Ecoeconomia. Como se vê, houve um contínuo processo de robustecimento nas condições para a ação no campo da mudança do clima.

Apesar dos avanços no quadro normativo e das ações concretamente implementadas, os desafios são imensos, a começar da incerteza das informações climáticas. Pensando em adaptação aos impactos da mudança do clima, vejamos este exemplo: o dimensionamento de uma seção de drenagem é feito com base no histórico de chuvas da bacia hidrográfica. Vamos supor que a mudança do clima aponte que pode chover mais, mas não há certeza quanto a isso. Ora, fazer uma seção maior, para dar vazão a mais água, implica maior gasto. Como justificar esse dispêndio com base em uma previsão incerta?

"De todo modo, parece claro que, nos próximos anos, todas as políticas setoriais precisarão ser revistas, dado que as condições climáticas mudarão, e elas compõem o pano de fundo para a percepção do espaço do Município no qual tais políticas se inserem."

Essa incerteza vulnerabiliza, do ponto de vista legal, o decisor político. Este é um exemplo da dificuldade legal e administrativa que dificulta a implementação de ações de adaptação. Seria muito importante construir um processo coletivo de validação de referências que possam ser adotadas pela administração pública, de modo a dar segurança jurídica às decisões governamentais.

Há, também, conhecimento produzido para escalas que não são as da cidade. As resoluções existentes usualmente são pequenas, não compatíveis com a precisão da decisão no espaço urbano, onde um metro, ou mesmo cinquenta centímetros fazem diferença

. De todo modo, parece claro que, nos próximos anos, todas as políticas setoriais precisarão ser revistas, dado que as condições climáticas mudarão, e elas compõem o pano de fundo para a percepção do espaço do Município no qual tais políticas se inserem. A adoção de uma mesma previsão climática para fazer essa revisão seria uma estratégia para garantir não apenas uma reverberação positiva entre elas, mas também para favorecer as chamadas decisões no regret, ou seja, que não causem arrependimento no futuro.

Por outro lado, do ponto de vista da minimização de emissões, o Município de São Paulo tem importante contribuição a dar, em função do tamanho da frota de veículos motorizados que tem. O gerenciamento de tráfego adotado, o modo com que pratica sua política de mobilidade, dos serviços de transporte público de passageiros, etc., implicam maior ou menor emissão decorrente da queima de combustíveis, os quais correspondem a mais de 60% das emissões anuais de GEE no Município.

Também para a mitigação de emissões é fundamental a gestão de resíduos, que tem nas emissões da disposição de resíduos sólidos a participação de cerca de 14% das emissões anuais de GEE. Daí ser muito útil a atual iniciativa da PMSP de fazer a compostagem dos resíduos de feiras e da poda de árvores, evitando que sejam destinados a aterros e neles gerem metano, um GEE. Para o material já depositado, as duas usinas de aproveitamento de biogás para produção de eletricidade são um bom exemplo de minimização de emissões.

Por fim, é fundamental destacar o fato de que a percepção do risco — e afinal isso é um dos aspectos essenciais ligados à mudança do clima — tem forte componente cultural. O que é risco para mim não é risco para uma outra pessoa, particularmente se suas vivências são diferentes das minhas. No caso da PMSP, de um modo geral, há uma cultura organizacional que não conhece o risco da mudança do clima e, por isso, não o percebe no seu cotidiano. Enxergar o risco, compreendê-lo e armar-se para enfrenta-lo são atividades que certamente diminuirão a vulnerabilidade institucional e política frente aos impactos da mudança do clima. Esse talvez, no momento, seja o maior desafio, o de mexer nas cabeças, para abri-las para essas ideias ainda tão em construção.

REFERÊNCIAS

SÃO PAULO, Prefeitura do Município de. Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa do Município de São Paulo de 2003 a 2009, com atualização para 2010 e 2011 nos setores Energia e Resíduos. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/menu/index.php?p=167735, acessado em 07/09/2018.

SÃO PAULO, Prefeitura do Município de. Legislação Municipal. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/ , acessado em 07/09/2018.

É a questão escalar, estúpido! Por que as regiões metropolitanas brasileiras continuam sem rumo?

Jeroen Klink

É professor associado da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde já ocupou os cargos de Pró-Reitor de Extensão (2006-2008), Coordenador do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (2009-2010) e do programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território (2012-2015). No período 1997-2005, foi assessor e posteriormente Secretário de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André.



INTRODUÇÃO

As regiões metropolitanas representam um paradoxo. Apesar do papel primordial nas estratégias de desenvolvimento nacional - em função de elas concentrarem potencialidades econômicas e déficits sociais - em muitos países essas áreas ainda carecem de um arcabouço institucional adequado para nortear o seu planejamento e gestão a longo prazo (OECD, 2001). No caso especifico do Brasil, presenciamos, no século XXI, uma retomada da agenda metropolitana por meio de ações de regulação e financiamento, o que gerou certo otimismo em função da maior disponibilidade de financiamentos subsidiados para programas de habitação e desenvolvimento urbano e do fortalecimento do arcabouço institucional nacional, a partir da aprovação da Lei No 11.107/2005, de 6 de abril de 2005 (mais conhecida como a lei dos consórcios públicos, que consolida a cooperação interfederativa entre municípios, estados e a União) e da Lei No 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (mais conhecida como Estatuto da Metrópole, que introduziu a obrigatoriedade do plano metropolitano).

No entanto, este ambiente macroinstitucional favorável não melhorou a governança das regiões metropolitanas brasileiras. Esta última continua marcada por estruturas institucionais fragmentadas e contestadas, pela falta de coordenação entre agentes públicos e privados, gerando territórios metropolitanos que combinam dinamismo econômico com profundas contradições socioespaciais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE

Governança metropolitana
escala
ecologia politica

As mais recentes alterações no Estatuto da Metrópole – revogando as sanções de improbidade administrativa para quem não elaborar o plano metropolitano e enfraquecendo o papel de órgãos como IBGE na elaboração de critérios técnicos para nortear a constituição de novas regiões metropolitanas – apenas reforçaram o cenário de esvaziamento do planejamento e gestão desses espaços estratégicos para a criação e apropriação social da riqueza e dos recursos naturais e, no fundo, para a própria vida quotidiana.

A (DES) CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ESCALA METROPOLITANA – ALGUNS EXEMPLOS

O paradoxo metropolitano deve ser analisado a partir da perspectiva escalar. A literatura tradicional considera que existe uma escala "natural" e ótima para o planejamento e a gestão dos serviços de interesse comum nas metrópoles, sendo o desafio diminuir e corrigir os descompassos entre a região funcional (que concentram funções como a mobilidade e o transporte; os recursos hídricos; o uso de solo; os serviços ambientais; e a economia regional etc.) e a região administrativa/política (OECD, 2001). No entanto, o debate mais recente sobre a natureza das escalas no mundo contemporâneo aponta que não há nada inerente à escala (metropolitana), que combina elemenos de arranjo/rigidez e de fluidez/movimento. Tal escala é contestada e construída (de forma material e por meio de estratégias discursivas) por agentes sociais em busca de seus interesses. Essa perspectiva gera uma compreensão teórica mais clara do dilema da governança "colaborativa" em áreas metropolitanas brasileiras (KLINK, 2014). Discutiremos brevemente dois exemplos para ilustrar o nosso argumento.

ARMADILHAS "ESCALARES" E A FUNÇÃO SOCIAL DA METRÓPOLE

Passados quase vinte anos, o balanço pós-Estatuto da Cidade sobre o alcance dos seus resultados nas principais metrópoles brasileiras continua nada animador. Apesar da propagação dos Planos Diretores Locais Participativos formalmente alinhados com o Estatuto, a maioria dos municípios enfrentou dificuldades de efetivamente regulamentar e usar os instrumentos urbanísticos que proporcionam maior alavancagem do Estado sobre o mercado imobiliário e fundiário de acordo com as premissas da função social da propriedade.

De certa forma, é preciso mencionar que a escolha da escala local como arena privilegiada para efetuar o projeto da reforma urbano-social, quando das discussões que culminaram na Constituição de 1988, mostrou-se ser o que se pode chamar de uma armadilha. Considerando-se os desafios reais para viabilizar a função social da cidade, na escala da metrópole, os obstáculos apenas se agravaram. A maioria das cidades não se articulou em torno da definição de metodologias e índices urbanísticos comuns a serem usados no Plano Diretor, o que fragilizou a capacidade de garantir um controle social mínimo sobre a atuação do mercado imobiliário em escala metropolitana. Por sua vez, o mercado imobiliário ganhou, principalmente a partir da emergência das novas engenharias financeiras (securitização, emergência dos mercados secundários), capacidade de articular as diversas escalas e circuitos econômicos, desde o regional-metropolitano até o nacional-global.
Nesse sentido, a injeção de grande volume de recursos financeiros via programas de infraestrutura e de empreendimentos habitacionais como o PAC e o PMCMV apenas reforçaram o descompasso escalar entre as estratégias do capital imobiliário-financiero (nacional-(macro)regional-metropolitana) e o projeto da reforma urbana (local, na melhor das hipóteses).

ECOLOGIA POLÍTICA, SUSTENTABILIDADES CONTESTADAS E A (MACRO)METROPOLIZAÇÃO DA ÁGUA

A água representa tema central na ecologia política e na literatura sobre a economia política das escalas (KAIKA, 2003). A ecologia política ressalta as relações imbricadas entre a sociedade e a (sócio)natureza na disputa sobre a produção e apropoação sociais dos recursos naturais.

Esta literatura gera insights importantes para problematizar as representações mais comuns nas agências internacionais sobre a sustentabilidade, pautada em torno de uma agenda de "modernização ecológica das cidades" – estruturada em termos de um ajuste de estoques e fluxos (HARVEY, 1997). Como ocorreu em outros países, esse movimento influenciou também no Brasil a elaboração de um programa simbólico/discursivo de planejamento e governança colaborativos das águas para preencher essa agenda (ACSELRAD, 2009, p.38). No que se refere às regiões metropolitanas, consolidou um arranjo escalar "natural" do Comitê de Bacia Participativo como instância privilegiada para o planejamento e a gestão da água.

Apesar deste projeto de modernização ecológico-gerencial, o arranjo regional-metropolitano da bacia representa uma arena que é objeto de disputas entre projetos políticos conflitantes, que são travadas constantemente em múltiplas escalas. No que se refere ao cenário metropolitano, cabe destacar dois exemplos emblemáticos.

Primeiramente, na ausência de uma alavancagem maior dos municípios sobre a atuação dos agentes imobiliários, as camadas sociais menos abastadas sofrem um processo contínuo de exclusão socioespacial. O mercado lhes reserva as piores localizações na área metropolitana, normalmente na beira dos rios e das áreas produtoras de água, nos encostas e nas áreas de proteção permanente e de risco geo-técnico-ambiental. Esse cenário gerou também conflitos intensos entre a agenda de sustentabilidade ambiental e a do direito à moradia.

Em segundo lugar, a própria governança da água está enraizada na seletividade socioespacial do Estado nas múltiplas escalas. A atuação do Estado é legitimada, a partir de sua mediação entre projetos políticos voltados para o aumento do valor de troca e da mercantilização do espaço, por um lado, e outros projetos que são estruturados em torno da coesão sociespacial e de democratização de acesso aos recursos socioambientais, por outro. A trajetória contraditória das regiões metropolitanas brasileiras mostra que o Estado desenvolvimentista tem sistematicamente priorizado o crescimento econômico em detrimento de maior coesão socioespacial, atravessando a dinâmica da escala "intermediaria" dos próprios comitês de bacia, além de não reconhecer as complexidades da questão urbana em escala local. Esta última é marcada pelo desafio de articular estratégias de urbanização de assentamentos precários localizados em áreas de proteção e recuperação dos mananciais com um projeto de sustentabilidade com justiça, entre os exemplos mais emblemáticos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Ed.). A Duração das Cidades. Sustentabilidade e risco nas politicas urbanas. Lamparina, Rio de Janeiro, 2009.

HARVEY, D. The environment of justice. In: Merrifield, A.; Swyngedouw, E. (Eds). The Urbanization of Injustice. New York: New York University Press, 1997, p. 65-99.

KAIKA, M. Constructing scarcity and sensationalizing water politics: 170 days that shook Athens. Antipode, v.35, n.5, p. 919-954, 2003.

KLINK, J. The Hollowing out of Brazilian metropolitan governance as we know it: restructuring and rescaling the developmental state in metropolitan space. Antipode, v.46, n.3, p.629-649, 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. Cities for Citizens. Improving metropolitan governance. OECD, Paris, 2001.

Paranapiacaba: de onde se avista o mar, as matas e a memória ferroviária

Do tupi guarani, Paranapiacaba significa lugar de onde se avista o mar. Na geografia brasileira, é o nome da elevação que se estende ao longo de todo o litoral paulista: a Serra de Paranapiacaba ou Serra do Mar, a grande muralha de difícil transposição que condenou ao isolamento o planalto paulista por todo o período colonial.

Foi somente com a operação da primeira ferrovia paulista que a transposição da Serra do Mar foi possível. Foi para facilitar o escoamento do café que a companhia inglesa São Paulo Railway construiu a ferrovia a partir de 1860, iniciando o tráfego comercial em 1867 e facilitando o transporte de mercadorias e o contato cultural e comercial com a Europa através do Porto de Santos que transformou a cidade de São Paulo na atual Metrópole do Café (alguns historiadores, como Richard Morse, 1970, tratam este período como a segunda fundação de São Paulo).

O Alto da Serra, hoje, Paranapiacaba, foi o lugar escolhido pelos ingleses da São Paulo Railway para abrigar seus operários que garantiram a operação do sistema funicular. Nascida como um canteiro de obras, a operação da estrada exigiu a manutenção de trabalhadores no local que somente foram fixados dez anos após a inauguração de uma estação ferroviária. No final do século XX, com a duplicação da via férrea e a implantação de um segundo sistema funicular, a vila ferroviária foi ampliada por um projeto urbanístico inovador para a época trazendo um novo padrão de moradia para os padrões brasileiros: ao longo de ruas largas e retilíneas, casas térreas e geminadas construídas de madeira sobre embasamento de pedra traziam jardins frontais e recuos laterais. A repetição de modelos, a pré-fabricação da construção civil e a adoção de técnicas de saneamento e higiene trouxeram para o planalto paulista o mesmo tratamento dado às vilas operárias do início da Revolução Industrial na Europa e Estados Unidos.

Silvia H. Passarelli

Arquiteta e urbanista, doutora em Estruturas Ambientais e Urbanas pela Universidade de São Paulo (2005). Tem experiência em gestão urbana, história da cidade e do urbanismo e salvaguarda do patrimônio cultural. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC.



PALAVRAS-CHAVE

memória
turismo
sustentabilidade

CONJUNTURA

A vila cresceu e se desenvolveu ao redor do trabalho ferroviário. Por Paranapiacaba, passaram o café e os motores da indústria paulista; os imigrantes e a elite cafeeira. Por Paranapiacaba, São Paulo entrou na modernidade da vida urbana, conheceu o trabalho assalariado que substituiu o trabalho escravo, conheceu o tempo marcado por relógio em um mundo agrário onde a passagem do tempo era medida pela natureza.

A partir dos anos 1980, a vila de Paranapiacaba perdeu sua função de vila operária com a operação do sistema cremalheira-aderência (inaugurado em 1976) e a desativação do sistema funicular (1981) quando já não havia necessidade de permanência de ferroviários no alto da serra. Pouco a pouco a manutenção da vila foi reduzida e seus moradores perderam o vínculo com o trabalho ferroviário.

No mesmo período, foram iniciados os movimentos pela preservação da vila a partir da ação do Sindicato dos Ferroviários, de associações profissionais de Santo André e professores da USP, com o pedido de tombamento da vila e do pátio ferroviário no CONDEPHAAT e IPHAN. A vila foi tombada por estes dois órgãos, respectivamente em 1987 e 2008, atestando o valor histórico cultural da área. O CONDEPHAAT tombou ainda a área envoltória da vila, Mata Atlântica e as nascentes do Rio Grande (principal formador da Represa Billings) que abastece a vila, a Serra do Mar, e os remanescentes do sistema funicular. Paranapiacaba é, portanto, registro da memória da tecnologia e do trabalho ferroviários.

"Por Paranapiacaba, São Paulo entrou na modernidade da vida urbana, conheceu o trabalho assalariado que substituiu o trabalho escravo, conheceu o tempo marcado por relógio em um mundo agrário onde a passagem do tempo era medida pela natureza."

No entanto, a vila sofreu com a falta de manutenção e com a falta de vínculo dos novos moradores sem condições de manter as casas. O turismo ambiental e histórico se mostrou como alternativa de trabalho e renda para muitos moradores da vila, especialmente após os anos 2000, quando a vila foi adquirida pela Prefeitura de Santo André dentro do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A, apesar da dificuldade de acesso à vila, não servida por trens desde 1996.

Sobrepõe à dificuldade de preservação da vila e da vegetação do entorno, interesses de desenvolvimento local na região de Campo Grande, localizada há cinco quilômetros da vila, onde funciona desde 1948 a indústria química Solvay (inicialmente denominada Eletro Cloro) em área declarada como Zona de Desenvolvimento Compatível pelo Plano Diretor do Município de Santo André, com o objetivo de "ofertar áreas para o desenvolvimento econômico local com as atividades econômicas de impacto compatível com as atividades de turismo ambiental, conservação dos mananciais e respeitando o princípio da sustentabilidade". (artigo 42 da Lei Municipal 9394/2012).

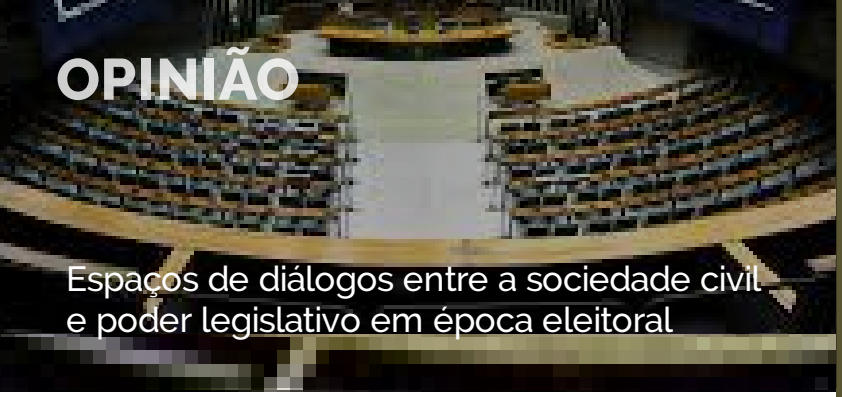
A falta de clareza sobre o conceito do princípio de sustentabilidade possibilita as mais distintas propostas, como a que vem sendo discutida desde 2016 junto à CETESB para a implantação de um Centro Logístico que vai exigir o desmatamento de área equivalente a 96 hectares e a ampliação do sistema viário para garantir o tráfego de 1400 caminhões por dia (CPEA, 2017), pondo em risco todos os esforços no sentido de tornar a vila um local vocacionado para o turismo ambiental e histórico.

O debate sobre alternativas de desenvolvimento local ganha, assim, uma nova vertente. Se antes o embate se dava em nível local, buscando adequar o turismo ao cotidiano da vila e seus moradores e a preservação do patrimônio, entra em pauta a necessidade de debater a sustentabilidade de toda a região com foco em alternativas de desenvolvimento econômico que atenda a preservação dos recursos hídricos, da qualidade ambiental e memória ferroviária.

REFERÊNCIAS

MORSE, Richard. Formação Histórica de São Paulo (de Comunidade à Metrópole). São Paulo: Difusão Europeia, 1970.

CPEA. Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais. Centro Logístico Campo Grande: caminho do desenvolvimento e da sustentabilidade. Estudo de Impacto Ambiental – EIA. São Paulo: CPEA, 2017.



OPINIÃO

Espaços de diálogos entre a sociedade civil e poder legislativo em época eleitoral

Beloyanis Bueno Monteiroe

Ativista Ambiental. Coordenador de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica. Coordenou o Programa de Voluntariado da SOS Mata Atlântica de 1997-2012. Diretor Regional da Associação de Brasileira de ONGs -ABONG. Conselheiro Participativo da Sé da Cidade de São Paulo. Participa do Coletivo Direito a Cidade. Coordenou a Rede de Ongs da Mata Atlântica 2013-2015. Participou da Campanha de Criação da Estação Ecológica Juréia Itatins. Participou da Fundação do Centro de Voluntariado de São Paulo. Conselheiro do Grupo de Estudo do Terceiro Setor- Gets United Way do Canadá. Representante da SOS Mata Atlântica no Movimento Mais Florestas. Representante do GT de Meio Ambiente no Colegiado da Rede Nossa São Paulo.



"A existência de espaços públicos independentes das instituições do governo, do sistema partidário e das estruturas do Estado é condição necessária da democracia contemporânea. Como intermediações entre o nível do poder público e as redes da vida cotidiana, esses espaços públicos requerem simultaneamente os mecanismos de representação e de participação (...). Os espaços públicos são pontos de conexão entre as instituições políticas e as demandas coletivas, entre as funções do governo e a representação dos conflitos". (VIEIRA, 1998, p.65)

INTRODUÇÃO

O Brasil até meados da década de 80 encontrava-se sob o comando dos militares, com uma grave crise econômica e uma forte censura nos meios de comunicação, universidades e outros setores e sem a possibilidade de eleições diretas. O que dificultou qualquer tipo de articulação e mobilização social.

Somente a partir de 84, com a anistia instalada, os diversos grupos da sociedade exerceram uma pressão que resultou na promulgação da Constituição Federal em 1988 e o movimento pelas Diretas, para que a soberania popular fosse exercida através do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, ou seja, através da democracia representativa pela qual, segundo Sell (2006 Apud BOBBIO,1995) há uma relação tanto de delegação, para o representante cumprir os desejos da sociedade, quanto de confiança, quando o representante age unicamente para defender o interesse dos representados.
A Constituição Federal foi determinante para reorganização da sociedade em torno da criação de espaços participativos, pois propiciou a criação de conselhos e do orçamento participativo nos municípios e o fortalecimento dos movimentos sociais e ambientalistas apoiando grandes articulações na redemocratização política.

PALAVRAS-CHAVE

sociedade civil
poder legislativo
eleições
Frente Parlamentar Ambientalista

Assim, foi possível eleger deputados com a bandeira ambientalista, tornando possível a instituição e aprovação da Política Nacional do Meio ambiente- PNMA (Lei Federal n. 6938/81) e através dela o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, que criou os órgãos colegiados (conselhos de meio ambiente) nos níveis federal, estadual e municipal, com a participação da sociedade civil. Na esfera Federal, criou-se o conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA, como órgão deliberativo e consultivo, para monitorar a qualidade ambiental.

Na década de 90, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente- CNUMAD, intitulada A "CÚPULA DA TERRA", Eco-92 /Rio 92, reuniu representantes de Estado de 182 países, aprovando cinco acordos internacionais, além da da Agenda 21, com diretrizes gerais de gestão para o desenvolvimento econômico, social e ambiental em todas as esferas de governo, e as normas ISO 14000, em nível organizacional. No Brasil, consolida-se o princípio do art. 2, inciso X da PNMA com a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei n.9795/99) que indica a educação ambiental com "o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo."

Para Layrargues (1998a apud HOGAN, 1994), a participação é como um dos princípios fundamentais da democracia e preponderantes para a proteção ambiental, o que dialoga diretamente com a democracia representativa instalada no nosso país. Abordagem essa que se baseia na atuação direta da comunidade na política por meio de canais de interlocução entre o cidadão e o poder público (SELL, 2006, p.93), mas apresenta muitos desafios a superar: a resistência do poder público e das elites em ceder o espaço privilegiado; a cultura assistencialista internalizada no poder público; a dificuldade de difusão de informação sobre as questões ambientais e de acesso por parte da população; e a vulnerabilidade da sociedade civil organizada, as Organizações não governamentais-ONGS.

É na perspectiva de discussão dos espaços participativos de diálogo entre sociedade e legislativo que abordaremos algumas experiências de algumas ONGS ambientalistas que estão engajadas pela luta ambiental, com importantes ações em prol da cidadania ativa ambiental e social por meio de um espaço de diálogo, no qual a Frente Parlamentar ambientalista se insere.

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

A "Frente Verde Parlamentar" foi criada na década de 80 articulada pelo ex-deputado, advogado, Fábio Feldman. Posteriormente em 2007 a Frente foi recriada como "Frente Parlamentar Ambientalista". Atualmente conta com 228 deputados e 16 senadores.

Tem como Objetivo Geral promover a participação da sociedade civil para a tomada de decisão nos temas de sua área de atuação. A Frente coloca-se como um articulador dinâmico em face do debate ambiental no parlamento, para apoiar as políticas públicas e ações governamentais e da iniciativa privada em prol do Desenvolvimento Sustentável.

Apresenta, portanto, como Objetivos específicos, criar uma Frente com estrutura; estabelecer um espaço de interlocução da sociedade com o poder legislativo, com eficiência e profissionalismo; consolidar as atividades referentes à Agenda Ambiental; absorver mais deputados ao processo; e convencer o maior número de parceiros sobre a agenda ambiental.

As ações do executivo e do legislativo são acompanhadas por grupos de trabalho como: Água, Cerrado & Caatinga, Clima, Código Florestal, Conservação Marinha, Educação Ambiental, Empresas e Responsabilidade Ambiental, Energia Renováveis e Biocombustível, Fauna e Flora, Floresta, Questões Urbanas, Questões indígenas, Resíduos e Zona Costeira.

Dentre as Ongs inscritas na Frente tem-se: Agência Ambiental, ABIRP-Associação Brasileira de Indústrias Recicladoras de Papel, ABRAF-Associação Brasileira de Produtores de Florestas plantadas, CEBDS-Conselho empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, CEMPRE-Compromisso Empresarial para a Reciclagem, CI-Conservação Internacional, FBOMS-Fórum Brasileiro de Ongs, Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, FSC Brasil-Conselho Brasileiro de manejo Florestal, Greenpeace, GTA- Grupo de Trabalho da Amazônia, IPAM-Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, ISA-Instituto Socioambiental, IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas, IEB-Instituto Internacional de Educação do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, TNC-The Nature Conservancy, WSPA, WWF-Brasil, Fundação Pró-TAMAR, Coalizão Internacional da Vida Silvestre-IWC/Brasil, Gambá-Rede de Mangue Mar/Grupo Ambiental da Bahia, Observatório do Código Florestal, Observatório do Clima e Coalizão Brasil Clima e Floresta.

A "Frente Verde Parlamentar" foi criada na década de 80 articulada pelo ex-deputado, advogado, Fábio Feldman. Posteriormente em 2007 a Frente foi recriada como "Frente Parlamentar Ambientalista". Atualmente conta com 228 deputados e 16 senadores.

As ações mais significativas foram os debates sobre agrotóxicos em um Simpósio de Vigilância Sanitária em 5/12/2007 sob a coordenação do deputado Marcelino Galo-Política de Agroecologia em Salvador e as audiências públicas sobre o código Florestal e o licenciamento ambiental com a discussão sobre o desmonte do licenciamento e seus impactos através do substitutivo de Luciano Zica: o projeto de Lei PL 3729/2004.

OPINIÃO

Há uma estratégia da Frente para aprovação de propostas de proteção ambiental e que barrem aquelas prejudiciais ao meio ambiente, entre elas o projeto de lei que facilita o uso de agrotóxicos (PL 6670/16). Além dessa, a contraposição frente o projeto de lei sobre
o licenciamento, o PL 3729/2018, cujo texto simplifica os procedimentos para a concessão de licenças ambientais, dependendo do porte do empreendimento, e dá prazo para que os órgãos governamentais decidam, sobre os pedidos apresentados pelas empresas. O relator da proposta, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), afirmou que há data para votação, para além da obstrução da pauta do plenário por partidos de oposição, e que acredita na aprovação.

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) negou qualquer acordo e disse: "É um projeto ruim porque, na prática, acaba com a exigência de licença ambiental para empresas agrícolas, pecuária e de abertura de rodovias". No caso em questão ele se refere às Licenças Prévia, de instalação e de operação, definidas pela Política ambiental.

PROPOSTAS DA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA AOS PRESIDENCIÁVEIS EM 2018

Neste momento de decisão política em nosso país através das eleições, é fundamental que a sociedade reivindique suas demandas e pratique sua cidadania ativa. Diversas ONGs elaboraram suas demandas no evento "Desenvolvimento para Sempre – compromissos ambientais prioritários às eleições 2018", realizado em Brasília, no início de setembro. Observaremos algumas demandas:

1. A Fundação SOS Mata Atlântica apresenta propostas aos candidatos nas Eleições de 2018 apostando no cumprimento do compromisso até 2022. Referente à Mata Atlântica-MA propõe o desmatamento Zero ilegal e condições orçamentárias e técnicas para que pelo menos 30% do território de cada um dos 17 estados da MA tenha PMMA- Planos municipais de Mata Atlântica. Para a Restauração da Floresta, solicita realizar e validar todos os CAR- Cadastro Ambiental Rurais da Mata Atlântica, para garantir o abastecimento de água e a manutenção de outros serviços ambientais. Quanto à Valorização dos Parques e Reservas, indica manter o rito de criação de Parques Nacionais e de outras Unidades de conservação públicas e privadas previstas na Lei 9985/2000 e na Constituição Federal e proibir iniciativas para reduzir as áreas protegidas. No âmbito de Água Limpa, propõe corrigir a legislação para proibir os rios classe quatro, altamente poluídos, mortos. E para a Proteção do mar, orienta aprovar e implementar a Lei do Mar (PL-6969/2013);

2. O Instituto Socioambiental elaborou propostas como: editar 30 decretos das áreas cujos processos estão paralisados na Casa Civil; concluir os 1715 processos que tramitam no congresso; duplicar os números de técnicos responsáveis pela titulação de terras; revisar a instrução normativa 57/09 do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com o objetivo de facilitar a titulação; instituir as políticas de gestão territorial e ambiental dos territórios quilombolas; viabilizar a emissão e o uso de títulos da dívida agrária (TDAS) nas titulações;

3. A ONG Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura apresentou o documento "Mudanças climáticas: Riscos e oportunidades para o Desenvolvimento do Brasil", com 28 propostas relativas a ações emergenciais para o cumprimento da meta brasileira de redução do desmatamento a 3,9 mil km2 por ano até 2020;

4. A rede Cerrado, que reúne 300 organizações de base comunitária, apresentou a compilação de 27 propostas em defesa do bioma com Estratégias Políticas para o Cerrado. As sugestões são voltadas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, restauração da vegetação nativa e apoio ao agroextrativismo;

5. A ONG WWF- Brasil defendeu a proposta de projeto de lei do Senado (PLS-750/11), a chamada Lei do Pantanal, que institui a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e busca criar instrumentos de proteção e conservação da fauna e da flora.

No relatório final do evento, a Frente Parlamentar e os ambientalistas pediram aos candidatos responsabilidade com as causas ambientais e que o próximo presidente tenha posicionamento firme em relação às propostas apresentadas.

"Neste momento de decisão política de eleições, é um momento fundamental para que a sociedade reivindique suas demandas e pratique sua cidadania ativa."

DESAFIOS

Estamos assistindo a um retrocesso principalmente no código Florestal e na lei de licenciamento. O que ocorre? Estão querendo mutilar a lei, retirando as fases mais importantes do licenciamento. A LC 140 fala das competências das esferas de governo, com a intenção de retirar o município do processo. A isso soma-se o desânimo em relação à política, que influencia no esvaziamento da participação da sociedade que não estão ocupadando devidamente os espaços de tomada de decisão.

PRÓXIMOS PASSOS

Precisamos resgatar a nossa cidadania, porque o espaço de interlocução existe, e precisamos nos apropriar deles. Além disso, necessita-se monitorar as ações dos deputados, aumentar o ativismo, e saber qual é o meu papel para fazer a mudança. Se não ocuparmos os locais de diálogo estaremos cada vez mais perdendo nossa voz perante o Estado.

Necessitamos trazer os deputados para apoiar nossas demandas. Além disso, seria bom que em cada estado houvesse uma ONG como representante para acompanhar o processo das atividades da Frente.

REFERÊNCIAS

SOS Mata Atlântica. Desenvolvimento para sempre. Proposta da SOS Mata Atlântica aos presidenciáveis. Disponível em:< https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2018/06/SOSMA_Plataforma-Eleicoes2018.pdf>.
ISA – Instituto Socioambiental. Eleições - Direitos territoriais e economia dos povos da floresta no próximo mandato presidencial - Contribuição do Instituto Socioambiental (ISA) ao debate Eleitoral. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/T3D00033.pdf>.
LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a Gestão Ambiental; A cidadania no enfrentamento político dos conflitos ambientais. In: LOUREIRO, C. F.B.; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S.de. Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.p.87-155.
BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>.
BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>.
BRASIL.
PL 3729/2004. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Proposta o Sr. Luciano Zica e outro. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=225810&filename=PL+3729/2004>.
Relatório da Frente Parlamentar Ambientalista. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/>.
SEIFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.
SELL, Carlos Eduardo. Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS

NA MACROMETRÓPOLE

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O tema de cada artigo é sugestão temática norteadora por parte dos organizadores para guiar os autores, podendo ser alterado pelos mesmos.
2. O recorte da Macrometrópole paulista pode tanto ser utilizado de forma sistêmica, como recorte geográfico ou mesmo a escolha de uma cidade, uma região que esteja inserida dentro da MMP.
3. Entende-se por MMP o conjunto dos 174 municípios formados pela soma das regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocabana, além das Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba. https://www.emplasa.sp.gov.br/MMP
4. O manuscrito deve ser estruturado da seguinte forma: Título, autor e co-autores em ordem de relevância para o texto, Palavras-chave, introdução, desenvolvimento do texto, referências. Notas de rodapé e/ou de fim de página são opcionais e devem ser evitadas ao máximo.
5. O texto pode ser redigido nos idiomas: português ou inglês.
6. Fonte Arial 11 e espaçamento 1,5 (um e meio) entre linhas.
7. O texto deverá apresentar as referências ao final.
8. O arquivo todo do manuscrito deverá ter o máximo de 2. Poderá haver excepcionalidades em casos de utilização de mapas, gráficos e tabelas essenciais a compreensão do texto.
9. Título do artigo deve ter, no máximo, 15 palavras.
10. As Palavras-chave, devem ser no mínimo 3 e no máximo 5.
11. Elementos gráficos (Tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos, desenhos e mapas). São permitidos apenas o total de três elementos ao todo, numerados em algarismos arábicos na sequência em que aparecerem no texto.
12. Imagens coloridas e em preto e branco, digitalizadas eletronicamente com resolução a partir de 300 dpi.
13. As notas de fim de página são de caráter explicativo e devem ser evitadas. Utilizadas apenas como exceção, quando estritamente necessárias para a compreensão do texto e com, no máximo, três linhas. As notas terão numeração consecutiva, em arábicos, na ordem em que aparecem no texto.
14. Número de Referencias não deve ultrapassar cinco.
15. As citações no corpo do texto e as referências deverão obedecer às normas da ABNT para autores nacionais e Vancouver para autores estrangeiros

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS

NA MACROMETRÓPOLE

SIGA-NOS



@macroamb_fapesp
https://www.facebook.com/macroambfapesp



MACROAMB Governança Ambiental da Macrometópole
https://www.youtube.com/channel/UCXV-E1w76AjukSgWQ7FGkYA



@macroamb_fapesp
https://twitter.com/macroamb_fapesp

